

investimento de recursos e com apoio organizacional) e, na maioria das democracias, têm chance mínima de sucesso eleitoral na esfera nacional – de acordo com Norris. O sucesso eleitoral dependerá ainda de selecionadores não-partidários, o que inclui o tipo de cobertura, a publicidade e o apoio fornecido pela imprensa; as doações financeiras de organizações e indivíduos; o apoio à campanha como voluntários e escritórios, fornecidos por sindicatos associados, grupos profissionais, empresariais e comunitários. Esses outros apoios são deveras importantes quando o partido é pouco estruturado ou dispõe de poucos recursos.

Passada a fase da certificação, deparamo-nos com o processo de indicação. Norris relata que há inúmeros estudos de caso que descrevem o processo de recrutamento de candidatos e alguma documentação sobre as regras partidárias formais. No entanto, pouco se sabe sobre a estrutura e a dinâmica do processo na prática, ou como e por quem varia (Norris, 2013, p.14). Na maioria dos países, os partidos têm autonomia para determinar seus próprios métodos de escolha de candidatos. Quem tem poder para indicar se torna o “dono do partido”.

Há três dimensões-chave a definir quem escolhe e, portanto, qual é o grau de democracia interna aos partidos políticos: 1) o grau de centralização, ou o quanto as indicações são determinadas por liderança nacional ou remetidas para baixo; 2) a amplitude da participação, elemento que, relacionado ao anterior, diz respeito a se o recrutamento é feito apenas por alguns poucos selecionadores ou se muitas pessoas estão envolvidas nesse processo; 3) o escopo do processo de tomada de decisão, que diz respeito à pré-seleção de um, poucos ou muitos nomes a disputar a indicação. Essas três dimensões variam desde a imposição de nomes pelos líderes partidários em vista de seus poderes de patronagem; passando pela proposição, em nível subnacional, de listas a serem aprovadas ou mesmo pela definição terminativa dessas listas nos próprios órgãos subnacionais; até